

As Cidades se Transformam, o Centro se Mantém na Forma: Redistribuindo o Reconhecimento e a Delimitação dos Centros Urbanos

Antonio Paulo Cargnin¹

O presente artigo é um resumo da dissertação de mestrado, apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional/PRO-PUR - UFRGS, cujo objetivo principal foi retomar as discussões sobre as formas de reconhecimento e delimitação dos centros urbanos, para fins de planejamento. Desta forma, pretende-se apresentar uma síntese sobre as reflexões realizadas e expor algumas conclusões retiradas da aplicação do instrumento desenvolvido, no caso de Santa Maria².

Nas últimas décadas, a forma e a regionalização interna das cidades passaram por significativas mudanças. As novas características do processo de acumulação e o avanço da técnica e da ciência atingiram as práticas espaciais e reestruturaram a malha urbana. Uma das áreas mais afetadas por essas transformações foi, sem dúvida, o centro das cidades. No entanto, o centro urbano, que oscilou entre a deterioração e a renovação, reorganizou-se e ampliou suas características, permitindo que já se fale em um renascimento do centro da cidade (SOJA, 1993).

Em meio à decadência do que tradicionalmente era considerado, é real afirmar que o centro está mais vivo do que nunca na forma urbana, no imaginário das pessoas e, conseqüentemente, na realimentação da cidade. Suas características é que estão sendo transformadas e,

como descreve com perfeição SOJA (1993), o centro tem funcionado de maneiras impossíveis para qualquer outro lugar, caracterizando-se como uma fonte de centralidade permanente, a partir da qual formam-se as centralidades periféricas. Mais além, tem se especificado como “... uma agregação de supervisores, um local primordial para o controle social, a administração política, a codificação cultural, a vigilância ideológica e a regionalização de sua hinterlândia próxima” (SOJA, 1993:284).

Atualmente, de acordo com SOJA (1993), em todas as cidades o centro “(...) define e dá substância à especificidade do urbano, confere seu sentido social e especial singular (...). A nodalidade situa e contextualiza a sociedade urbana, dando uma forma material às relações sociais essenciais”.

De sua origem até o período atual, as cidades sempre se caracterizaram por uma diversidade funcional, permitindo diferentes formas de apropriação na espacialidade. Qualquer habitante da cidade é capaz de diferenciar áreas que têm valorações, características e atributos distintos do restante da estrutura urbana. O centro urbano sempre foi reconhecido como uma das áreas mais importantes, devido aos papéis que desempenha perante o restante da cidade.

O modo como esse centro urbano vem sendo abordado tem se insinuado por várias linhas de pensamento. Destas, a linha da Ecologia

1 Geógrafo da Secretaria da Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

2 Cidade do Rio Grande do Sul com, aproximadamente, 230 mil habitantes.

Humana e a da corrente Culturalista certamente são as mais significativas. Entretanto, ao visualizarmos o centro urbano de uma forma que incorpore aspectos de tempo e espaço, tal como têm se direcionado as abordagens geográficas, o centro urbano é considerado como um produto da ação social, resultante do comportamento dos agentes do espaço urbano, que lhe conferem um poder transformador das relações sociais, no que tange ao espaço urbano, e, por isso, produtor de uma nova estrutura urbana e de novas relações sociais.

O significado da produção social faz com que o centro assuma uma especificidade que atua na constituição de uma centralidade urbana própria para cada centro. Ou seja, como resultado da atuação dos atores urbanos tem-se um determinado tipo de centro.

Uma das maiores dificuldades para esse tipo de interpretação no urbanismo consiste na falta de pragmaticidade em que estes estudos recaíram nos últimos tempos. As análises que pretenderam compreender a lógica espacial dispersaram-se, em sua maior parte, pelo historicismo (SOJA, 1993).

Alguns dos aspectos da ação social sobre o centro são, no entanto, passíveis de mapeamento através da compreensão dos processos e práticas sociais. Estes resultam da ação dos atores do espaço urbano, introduzidos na teoria urbana por LEFEBVRE (1974, 1976) e desenvolvidos por autores como HARVEY (1980) e CORRÊA (1989), dentre outros.

Majoritariamente, os estudos que se preocupam em compreender a produção social do espaço não se ocupam em desenvolver métodos para uma delimitação do centro, embora reconheçam sua importância, referindo-se aos centros como a eles se refere CASTELLS (1982), que atribui seu desenvolvimento e a distinção tipológica nas cidades ao planejamento urbano a que as mesmas estão submetidas. As tipologias podem ser compreendidas pela investigação das políticas urbanas e a desagregação espacial do

centro seria o passo inicial para uma otimização do planejamento urbano.

A expressão dos paradigmas referentes à análise do centro urbano, na perspectiva de algumas das atuais concepções ou revisões urbanísticas abordadas neste trabalho, apresenta um caráter essencialmente positivo. Isto é, as diversas concepções não são contraditórias, mesmo que diferentes abordagens questionem e instiguem à realização de análises separadas. Pode-se entender que as análises representam níveis de investigação distintos, permitindo supor que é possível tratar o assunto de forma mais ampla e completa, tornando as concepções complementares.

Desta forma, buscou-se reaproveitar conceitos desenvolvidos sobre a centralidade funcional (própria da Ecologia Humana) e simbólica (de base Culturalista), acrescentando aspectos da atuação dos atores urbanos no centro, visando a construir um ponto de articulação de um procedimento metodológico útil ao reconhecimento e à delimitação dos centros urbanos.

O primeiro passo para o reconhecimento e a delimitação do centro urbano é compreender o nível escalar da abordagem, ou seja, o tamanho da cidade analisada. De acordo com CASTELLS (1982:188), no “(...) momento em que se decompõe analiticamente o conjunto urbano é necessário especificar o nível em que se situa a progressão teórica. A cada um dos níveis corresponderá um sentido teórico próprio da noção de centro”.

Para tanto, pode-se recorrer a classificações que visualizem as cidades e seus centros no contexto da hierarquia urbana, distinguindo um centro metropolitano de um centro regional, zonal ou local, conforme os objetivos de cada trabalho.

Além da inserção da cidade no contexto da urbanização, essa pré-classificação, para fins de definição escalar, pode ser complementada por um resgate dos principais períodos históricos do caso estudado. Este procedimento permite revelar como a urbanização da cidade evoluiu e qual seu enquadramento na conjuntura global e nas

atuais formas de centralidade. É importante manter a noção de como os processos evoluem, pois, da mesma forma que o espaço, o tempo se articula em períodos e em função da vida social.

Outro aspecto fundamental a ser abordado antes de se ingressar, propriamente, nas categorias de análise do estudo dos centros urbanos é o porquê da necessidade de destacar o centro da estrutura urbana.

Além do fator escala, e de acordo com ele, a desagregação do espaço físico ocupado pelo centro urbano diferencia-se usualmente. Deve-se destacar que uma delimitação oficial de uma prefeitura, além de ser utilizada como base para planejamento, é fonte de pesquisas e de espacializações de dados. Portanto, a proposta a ser apresentada deve suprir estas necessidades.

Estabelecido o nível de resolução e sabendo da utilidade do estudo, o próximo momento consiste em incorporar um maior número de fatores para a delimitação do centro urbano, contribuindo para a recuperação de seu significado e utilidade, espelhando o máximo da complexidade das práticas que nele acontecem.

A cidade não é somente uma forma com uma função determinada, pois tanto uma como outra são reflexos de um conjunto de práticas sociais de um espaço e lugar. Tais práticas espelham os conflitos entre agentes urbanos, organizados ou não em um espaço. Da mesma forma, elas são percebidas pelas pessoas que vivem a cidade e incorporadas sob a forma de um imaginário, resultado da cotidianidade das pessoas ou dos grupos sociais (LEFEBVRE, 1976).

O imaginário está, deste modo, intimamente ligado às práticas sociais, nelas interferindo e direcionando-as. Entender o centro urbano requer, pois, um esforço múltiplo. Se por um lado não se pode tornar sua interpretação uma regra, por outro, há a necessidade de estruturar, pelo menos, uma lógica deste raciocínio. Um dos mais notáveis esforços nesse sentido é encontrado em HARVEY (1993:202-3) e pode ser o ponto de partida para a organização de uma seqüência

metodológica para o reconhecimento e a delimitação dos centros urbanos que incorpore uma maior amplitude do fenômeno urbano.

HARVEY (1993:202-3) coloca que a produção cultural transforma-se em práticas espaciais e sugere que as mesmas se distribuem em uma grade, composta por dois eixos principais, onde, em um eixo, estão as dimensões do espaço tal qual concebido por LEFEBVRE (1974): o espaço social das práticas materiais, as representações do espaço e os espaços de representação; e, no outro eixo, outras quatro dimensões, com conceitos e instrumentos tradicionalmente utilizados: a acessibilidade e o distanciamento, a apropriação e o uso do espaço, o domínio e o controle do espaço e, finalmente, a produção do espaço. Cada uma destas últimas dimensões são independentes e influenciam umas às outras, especificando-se de modo distinto no que se vive (representações materiais), no que se percebe (representações do espaço) e no que se imagina (espaços de representação).

Antes de incorporar essa dialética ao estudo do centro urbano, é necessário expor como os mecanismos de compreensão do espaço e os instrumentos de mapeamento das práticas espaciais se distribuem nos dois eixos da grade. O domínio do espaço é uma fonte de poder social na e sobre a vida cotidiana e, como tal, é compreendido em um campo onde a realidade e sua estrutura incorporam, segundo LEFEBVRE (*apud* HARVEY, 1993:201), três importantes dimensões: o vivido, o percebido e o imaginado.

O vivido reflete-se nas práticas espaciais e estas "(...) referem-se aos fluxos, transferências e interações físicas e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção e a reprodução social". O percebido compreende as representações mentais que permitem falar sobre as práticas e compreendê-las de diferentes formas. O imaginado, ou os espaços de representação, são invenções mentais que programam novos sentidos ou possibilidades para as práticas espaciais. Para LEFEBVRE (1974), as relações

dialéticas entre essas três dimensões permitem que se leia a história das práticas espaciais, pois, conforme interpretação de HARVEY (1993:201), os “(...) *espaços de representação (...) têm o potencial não somente de afetar as representações do espaço, como também de agir como força produtiva material com respeito às práticas espaciais.*”

O campo paralelo das dimensões de LEFEBVRE (1974), anteriormente descrito na grade das práticas espaciais proposta por HARVEY (1993), conteria instrumentos de compreensão das práticas espaciais já conhecidas, ou seja, sobre o que se vive, percebe e imagina estruturam-se práticas espaciais com sentidos distintos em cada nível e que já possuem conceitos e instrumentos tradicionalmente utilizados para seu mapeamento.

Dessa forma, as práticas espaciais relacionadas à acessibilidade e ao distanciamento correspondem, no vivido, aos fluxos de bens, dinheiro, pessoas, força de trabalho, informação, sistemas de transporte e comunicação, hierarquias urbanas de mercado e aglomeração. Nas representações do espaço, correspondem às medidas sociais, psicológicas e físicas da distância, mapeamento e teorias de fricção da distância. Nos espaços de representação, correspondem aos mecanismos de atração/repulsão, distância/desejo, acesso/negação e transcendência.

Por sua vez, a apropriação e o uso do espaço correspondem, no espaço em que se vive, aos usos da terra e ambientes construídos, espaços sociais e outras designações espaciais, redes sociais de comunicação e ajuda mútua. No que se percebe, correspondem ao espaço pessoal, mapas mentais do espaço ocupado, hierarquias espaciais, representação simbólica dos espaços e discursos espaciais. Já no imaginário, se traduzem na familiaridade, no aconchego familiar, nos locais abertos de espetáculo popular (ruas, praças, mercados), na iconografia e na publicidade.

O domínio e o controle do espaço, na primeira dimensão concebida por LEFEBVRE (1974), corresponderiam à propriedade privada da terra, às visões administrativas e estatais do

espaço, comunidade e bairros exclusivos, zoneamento excludente e demais formas de controle e vigilância. Na segunda dimensão, estariam os espaços proibidos, comunidade, cultura regional, nacionalismo, geopolítica, hierarquias. A dimensão do imaginário, por sua vez, comporta a estranheza dos espaços de meio, propriedade e posse, monumentalidade e espaço construído de ritual, bairros simbólicos e de capital simbólico, construção da tradição e espaços de repressão.

Ainda dentro desta grade, intimamente ligada às práticas espaciais, tem-se a produção do espaço, que é onde a produção de infra-estrutura física e a organização territorial de infra-estruturas sociais geram novos sistemas de mapeamento de representação visual, de comunicação, novos discursos artísticos e arquitetônicos, que se traduzem em uma terceira dimensão, em planos utópicos, paisagens imaginadas, ontologias e espaços de ficção científica, arte, mitologias de espaço e de lugar, poéticas de espaços e espaços de desejo.

Através da disposição das práticas espaciais na grade, HARVEY (1993) dá uma importante contribuição para o entendimento de sua estruturação lógica e, por conseqüência, da estruturação lógica do centro urbano, isto é, a idéia de que os eixos onde se distribuem as práticas são independentes e dialéticos.

Embora reconhecendo que uma grade seja por demais simplória para explicar as práticas sociais, aceitando-se uma linguagem universal, é importante captar como aquelas se desenvolvem, sempre ressaltando que “(...) *as práticas espaciais derivam sua eficácia na vida social somente da estrutura de relações sociais no âmbito das quais entram em ação*” (HARVEY, 1993:204).

Como traduz CORRÊA (1989:11):

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos de luta – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço.

Em síntese, pode-se extrair que a valoração de uma prática social no espaço se reforça quando manifesta o posicionamento de um agente urbano. Na cidade, os diversos atores assumem distintas valorações de acordo com seu poder social, transformando-o, em menor ou maior intensidade, na organização das práticas espaciais. Por outro lado, esse resultado é diretamente vinculado ao imaginário e, se efetuado conjuntamente, tem um maior reflexo na cotidianidade dos indivíduos.

Transportando essa lógica para o estudo do centro urbano, podemos, pela grade das práticas espaciais de HARVEY (1993), construir um ponto de articulação entre as diferentes construções teóricas sobre o centro. Tem-se níveis diferentes de compreensão da realidade, relativamente estruturados, que, cada qual com seus instrumentos, podem ser incorporados em paralelo às três grandes dimensões do espaço concebidas por LEFEBVRE (1974). Estas são grandes categorias em que se deve estruturar a seqüência metodológica para o estudo do centro urbano, ou seja, objetiva-se identificar instrumentos para mapear como as práticas se distribuem no espaço vivido, percebido e imaginado.

Tendo por base o conceito de que o espaço é resultado de uma produção social, que se manifesta através das práticas espaciais de agentes sociais, a identificação e utilização de alguns instrumentos da grade de HARVEY (1993), especificamente úteis ao reconhecimento e delimitação do centro urbano nas três dimensões do espaço, passa a ser o foco de atenção deste trabalho.

Antes disso, deve-se ressaltar que a compreensão do centro como um espaço de relações, que engendra processos e dinâmicas envolvendo atores urbanos, não implica a negação de uma ecologia no centro urbano ou outro tipo de centralidade, embora a concepção apareça através da crítica de abordagens anteriores. Para CASSELLS (1982:186), "(...) o centro urbano, bem como a cidade, é primordialmente produto e, por

consequente, expressão manifesta das formas sociais em ação e da estrutura de sua dinâmica interna".

Ao selecionar alguns dos instrumentos de interpretação das práticas espaciais nas três dimensões do espaço do centro urbano, o levantamento teórico aponta para a incorporação de alguns fatores que aparecem estruturados em HARVEY (1993), que representam o caráter funcional, social e simbólico. Os primeiros expressam o resultado de um processo, através do qual a cidade se organiza com relação aos valores no espaço; os relacionados com a estrutura social valorizam-se enquanto resultado de um processo de expansão da sociedade e da divisão social do trabalho, que estrutura a especialização funcional de ocupação do solo; já os vinculados à representação se exprimem através da diferenciação espacial dos lugares repletos de significados sociais, de sonhos e de usos possíveis.

Pensar o centro urbano desta forma sugere que, para proceder a uma desagregação espacial, é necessário incorporar os aspectos e instrumentos complementares das diferentes abordagens e de diferentes áreas de conhecimento, adicionando-os em níveis distintos com as especificidades de cada local, nas três dimensões do espaço de LEFEBVRE (1974). A delimitação do centro é, por conseguinte, o resultado da identificação e análise de instrumentos de várias concepções de centralidade, que se distribuem nas três categorias e representam características funcionais, sociais e simbólicas. Estas possuem uma lógica que pode ser resgatada através da compreensão da estruturação das práticas espaciais, tais como em HARVEY (1993).

Desta forma, procurou-se selecionar, no eixo das análises tradicionais das práticas espaciais, sentidos e instrumentos correspondentes de utilidade para o reconhecimento e a delimitação do centro. A seqüência metodológica para o reconhecimento e a delimitação do centro urbano envolve, portanto, duas etapas: a primeira compreende a diferenciação das práticas sociais na forma urbana, onde situam-se os diferentes me-

canismos de alocação de espaços centrais, refletidos, principalmente, no uso e no valor do solo e nas modificações que acarretam na dimensão do vivido; a segunda compreende o centro como representação da ação social, onde se incluem as dimensões da percepção e da imaginação dos atores sociais e sua transferência para as práticas sociais.

AS PRÁTICAS SOCIAIS DIFERENCIANDO A FORMA URBANA: O CENTRO MULTIFUNCIONAL

Os instrumentos utilizados para o reconhecimento e a delimitação do centro urbano nesta etapa da análise incorporam aspectos exteriorizados na estrutura urbana, através das funções dos lugares da cidade, resultando de práticas no ambiente vivido. Na grade das práticas espaciais de HARVEY (1993), este eixo de interpretação compreende:

- aspectos de **fricção da distância** nos assuntos humanos, ressaltando o papel da questão ecológica, onde as pessoas residem e qual o desperdício de tempo para chegar ao centro;
- aspectos do uso do solo, dos ambientes construídos e dos espaços sociais, pois existem formas sistematizadas de se apropriar o solo que determinam limites territorialmente definidos;
- aspectos das divisões político-administrativas e estatais do espaço no momento que o centro se apresenta como uma área diferenciada e vital para a cidade, tornando-se instrumento de domínio e de controle do espaço e diferenciando-se de forma seletiva e excludente.

Através do resgate de como os centros urbanos foram abordados pelo planejamento urbano, verifica-se que alguns instrumentos de análise desta etapa aproximam-se aos tratados pela tradicional abordagem do centro como espaço resultante de uma ecologia que diferencia lugares. No entanto, deve-se ter em mente que os conhecimentos transpostos pela Escola de Chicago não esgotam a realidade, pois colocam o desenvolvimento da cidade como resultado de

um processo natural. A diferenciação dos lugares na cidade é muito mais complexa do que um processo de invasão-sucessão-assimilação a partir da zona central. Há também outras dinâmicas e para diferentes grupos sociais o significado específico de um lugar específico é moldado pelo modo como eles utilizam os recursos materiais disponíveis e, também, por aspectos culturais.

Para recuperar instrumentos sem perder de vista a grade das práticas espaciais de HARVEY (1993), é necessário compreender a diferenciação do uso do solo como propõem os ecologistas humanos. Porém, o ponto de partida deve ser fundamentado na produção social do espaço, resultado da ação dos atores urbanos.

Nesse sentido, a abordagem marxista constitui-se em uma alternativa para o entendimento do centro urbano, pois introduz a teoria da acumulação, segundo a qual o solo urbano possui um valor de uso e um valor de troca, sendo sua apropriação resultado da ação dos agentes do espaço urbano (instituições financeiras e governamentais, usuários de moradia, corretores de imóveis, proprietários e incorporadores), gerando o processo de segregação residencial (LEFEBVRE, 1976).

Para LEFEBVRE (1976), o capitalismo, que sempre sobreviveu através da ocupação do espaço devido à falta de fronteiras, impõe-se, atualmente, através da produção do espaço. O sistema atenua as suas contradições internas e assegura a sua existência, sendo que o espaço urbanizado constitui-se na base material da reprodução ampliada das estruturas sociais do capitalismo.

Esses fatores apontam para a importância da compreensão do uso do solo urbano, muito além da sua apropriação por regras naturais, visto que o mesmo é reflexo das práticas que se dimensionam no centro das cidades, por excelência, tendo um conteúdo social da mesma forma relevante.

A interpretação do uso do solo e do processo de incorporação de valor a que o mesmo pode ser submetido, juntamente com a análise dos movimentos populacionais, conforme propõe CORDEIRO (1980), pode ser um caminho a ser percorrido.

Para mensurar o uso do solo podem ser utilizados instrumentos derivados, originalmente, do métodos de Utilização do Solo com Atividades Centrais e dos Índices de Utilização dos Solos Centrais, desenvolvidos por MURPHY e VANCE (1954). Estes métodos, que proporcionam um bom aparato instrumental para realizar tais medições, propõem uma simples conferência *in loco* das atividades consideradas tipicamente centrais com sua delimitação por quarteirão e por pavimentos ocupados. Como hipóteses iniciais, podem-se citar trabalhos de LIBERATO (1976), que considera como centrais os quarteirões com mais de 50% de ocupação característica.

Já CORDEIRO (1980) subdivide as atividades urbanas em três níveis:

- muito centrais – não somente as mais típicas dos centros das grandes cidades, mas as que melhor refletem sua importância em nível metropolitano e que possuem uma ocupação de mais de 66% do quarteirão com atividades centrais;
- centrais – são as que refletem a caracterização dos núcleos centrais urbanos, não sendo, entretanto, de caráter estritamente metropolitano. Possuem de 31 a 65% da área do quarteirão ocupada com atividades centrais;
- de transição ou não-centrais – aparecem nas franjas do núcleo urbano refletindo uma situação de mudança, pois são áreas que aguardam a expansão ou a falência do centro, e onde se mantêm atividades de baixa rentabilidade com relação ao mesmo. A esta classificação correspondem áreas com menos de 30% da área do quarteirão ocupada por atividades centrais.

Para a aplicação destas metodologias, os dados podem ser obtidos por aerofotogrametria, fotografias de satélite, ou ainda através de trabalhos de campo. No que tange ao levantamento e coleta, devem-se destacar os esforços realizados por CORDEIRO (1980), que sistematizou um procedimento básico para recolher em trabalho

de campo as atividades funcionais. Tal procedimento compreende as seguintes etapas:

- fornecimento de uma lista de funções classificadas como centrais ou não centrais;
- aquisição de uma planta da cidade por quarteirão ou, caso haja dificuldades para este tipo de listagem, registro dos dados da observação de campo por rua em um desenho esquemático ou “croqui de planta” onde o pesquisador deve:
- marcar o ponto inicial do levantamento;
- dispor esquematicamente os edifícios na quadra;
- numerar os edifícios bem como terrenos, prédios em construção, lojas e andares vagos;
- discriminar nos edifícios as atividades funcionais do térreo e dos andares a fim de permitir o estudo dos resultados da pesquisa nos diferentes níveis;
- buscar informações sobre as atividades anteriores à função atual e a data de instalação das novas atividades;
- traduzir todas as atividades funcionais pesquisadas em códigos indicados em uma tabela.

Após estas fases, as atividades funcionais são distribuídas em grupos de acordo com o grau de centralidade citados anteriormente: muito central, central e de transição ou não-central.

O CENTRO COMO REPRESENTAÇÃO DA AÇÃO SOCIAL

Pensar o centro urbano do ponto de vista da produção cultural da sociedade é um campo fértil de estudos, pois envolve fenômenos que vão muito além da simples materialidade do espaço. No cotidiano estão presentes sonhos, percepções, simbolismos e demais sentidos oriundos da individualidade ou do pensamento de grupos com características semelhantes.

O trabalhador, o empresário, o mendigo, o estudante, o intelectual, o velho, todos enfim, têm uma maneira de perceber o espaço e, simultaneamente, possuem aspirações, desejos, utopias. Tais desejos estão presentes no centro ur-

bano, tanto de forma individualizada como coletiva. O centro urbano reflete e é reflexo destas aspirações. Ao ingressar em um estudo que represente estas características, o grande desafio é incorporar essa carga e transportá-la para o planejar.

Nesse sentido, entender como o imaginário atua no desenvolvimento e na formação social das cidades pode ser o primeiro passo para sua estruturação. Resgata-se aqui a idéia de que tanto as representações do espaço (o percebido) quanto os espaços de representação (o imaginário) têm significados distintos para os diferentes atores do espaço urbano, pois ambos possuem uma história cultural distinta.

Tanto a idéia de imaginário social proposta por CASTORIADIS (*apud* COLOMBO, 1993) quanto as análises das diferentes dimensões do espaço e de quem o produz empreendidas por LEFEBVRE (1974), bem como as formulações de CHARTIER (1991) de uma história cultural do social ao invés de uma história social da cultura, possuem aspectos convergentes, principalmente no que se refere à carga da percepção e da imaginação presente nos lugares.

As representações são também, nessa perspectiva, estruturadas de acordo com um processo de desenvolvimento social e de evolução das práticas espaciais, produzindo o espaço urbano e, especificamente, encerrando uma carga sobre a configuração do centro urbano, carga esta que retorna sobre as práticas que nele se desenvolvem.

A lógica segundo a qual se estruturam os espaços de representação resultantes das representações do espaço, retornando-se à grade das práticas espaciais (HARVEY, 1993), pode ser determinada pela mensuração de alguns comportamentos, pessoais e, principalmente, coletivos. Dentre estes, podem ser citados: os princípios de menor esforço para se atingir o centro, o alcance de um bom local central, os mapas mentais do espaço ocupado e suas representações, os discursos sobre o centro urbano e as formas com que ele é tradicionalmente representado. Estes comportamentos dão-se no campo da acessibili-

dade e da apropriação do espaço e do uso do mesmo.

Essa série de ações é resultado de um imaginário e dos mecanismos que este proporciona que se refletem em planos utópicos, paisagens imaginárias, poética dos espaços e atuam na produção dos espaços com domínios e controles distintos, podendo ser espaços proibidos, hierarquias, novos sistemas de mapeamento e representação visual, novos discursos.

Para recuperar as dimensões do reconhecimento e da delimitação dos centros urbanos, sob a perspectiva do imaginário e da coletividade que ele por vezes representa, propõe-se incorporar as ações dos atores estruturados no espaço urbano (HARVEY, 1980), através dos lugares representativos. Esta etapa desenvolve-se em dois momentos: evolução do centro urbano e análise de como os atores do espaço urbano percebem e imaginam o centro.

A) EVOLUÇÃO DO CENTRO URBANO

A compreensão do processo de evolução do centro visa a entender como a cidade contemporânea se insere no processo de divisão social do trabalho, de acordo com as visões de SOJA (1993) e HARVEY (1993), objetivando reconhecer aspectos gerais dos comportamentos e da história cultural dos atores sociais. Segundo HARVEY (1980), os atores são: instituições financeiras governamentais, corretores de imóveis, proprietários, incorporados e usuários de moradia. Fora isso, poderão ser realizados levantamentos de cunho histórico junto a documentos disponíveis, tais como: jornais, revistas, literatura da região, políticas urbanas adotadas pela cidade, dados sobre a evolução morfológica, entre outros.

B) O CENTRO ATRAVÉS DA PERCEPÇÃO DOS ATORES URBANOS

Esta etapa objetiva captar o centro como representação, implicando análises ligadas à forma como os agentes do espaço urbano percebem o centro, no sentido de identificar lugares que es-

tão vinculados como centrais. Os atores, citados anteriormente, podem ser considerados conforme HARVEY (1980), podendo, também, ser subdivididos tendo em vista os objetivos da pesquisa.

Para melhor entender como as pessoas percebem o centro urbano, sugere-se a aplicação de alguns instrumentos trabalhados junto ao curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), como o proposto por DEL RIO (1990), no sentido de detectar como os usuários percebem o local e o que dele é lembrado. Interessa identificar as imagens públicas (simbólicas e/ou operativas) e os elementos essenciais na sua composição. Diferentes grupos sociais tenderão a ter diferentes percepções (usuários x proprietários x governo, etc.).

Para o levantamento direto, destacam-se as técnicas do questionário estruturado (perguntas simples num roteiro pré-definido) e do mapa mental direto (solicitar o desenho da área de memória) ou indireto (solicitar que se mencionem quais elementos da área que são lembrados). Os principais temas são:

- imagens do local – atributos percebidos e valorações (positivo/negativo, bom/ruim);
- formação e elementos dos mapas mentais – marcos, limites, nós, setores e percursos (LYNCH, 1988);
- imageabilidade – capacidade do elemento de evocar forte imagem das pessoas;
- identidade e legibilidade – facilidade de leitura e reconhecimento de uma estrutura;
- orientabilidade.

ALGUMAS CONCLUSÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO MÉTODO

A retomada de algumas das discussões sobre o reconhecimento e a delimitação do centro urbano e a aplicação de uma seqüência metodológica alternativa para o caso de Santa Maria permitiram a elaboração de algumas conclusões e indicativos que podem orientar futuros trabalhos.

O primeiro destes apontamentos relaciona-se ao tipo de centro que se quer delimitar, ou

seja, para cada caso pode-se necessitar de instrumentos metodológicos diferentes, de acordo com os objetivos do reconhecimento e do tamanho da cidade. No entanto, é notório que a maior parte dos estudiosos da desagregação da área central partem de uma delimitação oficial e poucos são os que se detêm a dedicar uma etapa específica ao assunto. A existência de uma delimitação que incorpore o máximo da complexidade do centro permitirá, desta forma, que se encaminhem melhor as respostas a cada caso.

Nesse sentido, entender o centro urbano como o local da concretização das práticas espaciais possibilita a incorporação de uma maior amplitude de características, abrindo o leque para sua utilização. Como instrumento de identificação das práticas mais relevantes com relação ao centro, a grade das práticas espaciais de HARVEY (1993) pode ser considerada como uma importante contribuição, pois ela concilia diferentes níveis da realidade e identifica caminhos para sua mensuração. Suas possibilidades são tão amplas quanto o fim a que se destina e, por isso, muitos instrumentos aplicáveis ao reconhecimento e à delimitação do centro urbano podem ter sido omitidos neste estudo. No entanto, isso não pode ser considerado como um ponto negativo, mas sim como um fator que significa a potencialização da abordagem conceitual. Em cada uma das categorias em que se distribuem as práticas espaciais – o vivido, o percebido e o imaginado – podem ser identificados, para a delimitação do centro, numerosos instrumentos mais adequados e, talvez, mais eficientes, conforme o caso.

Uma contribuição da retomada teórico-metodológica realizada consiste em mostrar que, quaisquer que sejam os instrumentos a serem utilizados para mapear o centro a fim de compreendê-lo em seu momento de maior dinâmica, devemos considerá-lo como um espaço de múltiplos tempos, com igual número de funções e representações, manifestadas na multifuncionalidade do local em que se vive, mas, também, na percepção, no sonho e no imaginário.

A análise de qualquer um desses níveis de forma isolada pode comprometer o retrato real, ocultando faces que podem mostrar-se relevantes para um reconhecimento e uma delimitação oficializados. Como sugere CASTORIADIS (*apud* COLOMBO, 1993), se encararmos o centro como um organismo que se diferencia do restante da estrutura urbana, como é reconhecido pelos urbanistas, podemos compará-lo a uma instituição. Assim como esta, o centro essencialmente funcional é parcialmente correto, pois é uma projeção do que, tradicionalmente, deveria ser. Por outro lado, se reduzirmos o centro ao simbólico também teremos um visão parcial do fenômeno. É correto afirmar que o centro urbano se forma e sobrevive pela funcionalidade, mas se realiza na sociedade pelo imaginário social e, por conseguinte, se realiza no simbólico.

Com relação ao atual significado do centro perante a cidade, é correto afirmar que os diferentes patamares em que ocorrem os processos se revelam na forma e o centro é o local por onde as inovações transitam com maior facilidade. As mudanças decorrentes do processo de globalização, os problemas e as soluções encontrados em nível regional e local passam pelo centro de formas distintas, conforme o tamanho da cidade que o abriga. Essas características mantêm o centro na estrutura urbana e o tornam uma fonte de centralidade diferente das demais presentes na cidade, fazendo com que seu estudo seja ainda mais interessante.

Se considerarmos todos estes aspectos e adicionarmos um estudo de caso, como o realizado neste trabalho, temos que a composição metodológica indica-se representativa para reconhecer e delimitar o centro urbano. Mesmo admitindo que uma aplicação única pode ser superficial, tem-se um indicador das possibilidades que a mesma representa para destacar o centro da estrutura urbana. Para futuros desenvolvimentos, algumas conclusões sobre as diferentes etapas e, especificamente, sobre alguns dos instrumentos trabalhados podem ser úteis.

Antes de se iniciar qualquer movimento no sentido de desagregar a área central, é fundamental que se visualize o centro perante a cidade e a hierarquia em que a cidade está inserida. Instrumentos como o resgate histórico e a observação comparativa com as demais cidades podem ser de grande utilidade. Percebeu-se, através dos meandros da evolução, que o centro vai se moldando conforme o papel que a cidade assume perante a divisão territorial do trabalho. Essas transformações materializam-se na estrutura urbana redirecionando os vetores em que a mesma se espacializa. Além disso, tais instrumentos permitem a identificação dos atores urbanos que mais se destacaram na evolução, qual seu papel em cada período e quais seus desdobramentos, até chegar ao atual contexto. Desta forma, foram identificados os elementos mais importantes do centro e quais os instrumentos que melhor se adaptariam ao caso estudado. Entretanto, o mais relevante é que esta etapa se faça presente no estudo, não importando qual o padrão de comparação escolhido pelo pesquisador, sempre orientado pelos objetivos a que se destina a delimitação do centro.

Na categoria das práticas espaciais do mundo vivido, compreendidas através do estudo do centro enquanto espaço em que a multifuncionalidade se realiza, observou-se que é fundamental orientar o estudo no sentido de compreender quais as variáveis mais representativas nesta dinâmica. O uso do solo, o valor da terra e a densidade demográfica revelaram-se, no caso estudado, suficientes para a compreensão da dinâmica que envolve o centro, nunca perdendo de vista que o objetivo é o recorte da estrutura urbana.

O uso do solo é o método, por excelência, de mensuração dos diferentes espaços funcionais. Dentro dele, considerar a verticalidade é importante, pois a existência de patamares com presença maciça de atividades centrais pode representar concentração de atividades centrais. No entanto, constatou-se que a distribuição vertical

na cidade de Santa Maria, com, aproximadamente, 230 mil habitantes, ainda não exerce tanto peso no produto final quanto em cidades maiores como São Paulo, em estudo de CORDEIRO (1980).

Ainda com relação à análise do centro funcional, o uso do Índice de Utilização do Solo com Atividades Centrais merece alguns comentários. Nele, o primeiro aspecto que, conclusivamente, deve receber destaque é a classificação das atividades tidas como centrais. Estas devem estar sempre de acordo com a dinâmica de evolução das cidades, pois atividades que hoje são consideradas como centrais podem, no futuro, ser classificadas de outra forma.

Convém destacar que, na etapa da aquisição dos dados para o mapeamento do uso do solo, técnicas distintas da utilizada neste trabalho não podem ser desprezadas. Antes de iniciar o estudo deve-se proceder a uma avaliação da técnica a ser utilizada, conforme a precisão que o estudo requer. Comprovadamente, a existência de um vôo aerofotogramétrico é a melhor forma de restituir o uso do solo, sendo que nas cidades com mais de 500 mil habitantes é pouco viável se pensar em um estudo fundamentado em croquis de quadra. Nas cidades médias e pequenas não existe necessidade de se contar com tal base, como no presente caso, pois consegue-se captar com satisfatório grau de precisão as informações necessárias.

Outro aspecto que possui íntima relação com os anteriores é a calibração preliminar dos percentuais de atividades centrais a serem consideradas como integrantes do centro. O método dos Índices de Utilização do Solo com Atividades Centrais, em cidades médias a pequenas, deve fornecer uma maior margem de tolerância, pois, caso contrário, incorre-se no risco de se tornar inútil. A adequação é factível através da comparação preliminar entre ruas mais movimentadas e ruas com menor intensidade de fluxos, adicionando-se a delimitação oficial da prefeitura da cidade e fazendo comparações com estudos de outras cidades de igual porte.

No mapeamento do uso do solo e na classificação das atividades, conforme sua centralidade, esses procedimentos possibilitaram que se tivesse um adequado nível de precisão. No entanto, outras técnicas mais sofisticadas não podem ser descartadas, principalmente quando se trata de cidades maiores.

Ainda em relação às variáveis utilizadas para compreender o centro multifuncional, o valor da terra e a densidade demográfica se mostraram bons indicadores, que podem ser utilizados, complementarmente, para a definição do centro. Mesmo com dificuldades na obtenção de dados atualizados sobre o valor da terra, e a necessidade de, geralmente, se trabalhar com valores fornecidos pelas Prefeituras, esta variável é importante, pois resulta das práticas espaciais e, da mesma forma, tem poder de modificá-las ou, pelo menos, de acelerar ou retardar seus processos. A densidade demográfica pode, também, ser utilizada, pois expressa uma tendência geral nas cidades conforme o grau de urbanização, além de auxiliar a compreensão dos movimentos populacionais no interior da cidade.

Definido o nível escalar e mapeado o centro das representações materiais, o momento seguinte foi adicionar elementos do centro urbano compreendidos pela representação social. Utilizando-se mecanismos de percepção, legibilidade, identidade, entre outros, acrescentaram-se novos aspectos à noção de centro, ampliando seu entendimento. Considerando a forma como os atores urbanos pensam, sentem, imaginam e interagem com o conteúdo simbólico, foi possível identificar elementos comuns e, ainda que se reconheça a necessidade de um maior aprofundamento, o instrumento representa uma possibilidade. Acrescentaram-se, nesta etapa, informações sobre o centro urbano com caráter qualitativo, que se fazem presentes no cotidiano das pessoas que revelam a cidade. Os elementos da percepção e da imaginação possibilitaram que se ressaltasse o centro através da forma na estrutura urbana.

O sombreamento do centro multifuncional com elementos simbólicos pode ser considerado como o ponto culminante deste trabalho. Através da complementaridade entre o que se vive, percebe e imagina, foram identificados alguns limites entre as práticas sociais materiais e o simbólico. O centro urbano é o elemento que se destaca na **forma** e que se revela como unidade confiável a ser utilizada como base pelos futuros trabalhos. O crédito advém da captação de sua diversidade, que se origina do cruzamento da grade das práticas espaciais, descrita em HARVEY (1993), que envolve categorias do vivido, do percebido e do imaginado, com alguns instrumentos tradicionais de análise em cada uma dessas dimensões.

A tentativa de compreender as práticas espaciais através de uma grade é o principal responsável pelo sucesso da composição. Nela estão retratadas faces da dinâmica dificilmente compreendidas por estudos segmentados, embora se reconheça que uma grade é por demais simples para explicá-las por completo. Os espaços em que se vive, percebe e imagina são entendidos pela grade das práticas espaciais através de instrumentos materializados que já possuem técnicas de análise, tradicionalmente conhecidas, permitindo que se tenha uma visão dos fenômenos de forma mais conectada e possibilitando o entendimento da realidade distribuída em vários eixos.

Apesar de muito ter sido deixado à margem, cremos que o que foi analisado revelou-se suficiente para a compreensão do centro nos termos em que os resultados eram esperados, ou seja, de uma forma mais ampla do que o convencionalmente trabalhado, direcionada, especificamente, para a utilização como mapa-base inicial para o desenvolvimento de estudos e planejamento.

A última das conclusões desta dissertação orienta para a retomada de um longo período em que a pesquisa afastou-se do estudo do reconhecimento e da delimitação dos centros urbanos. Através do esforço no caso de Santa Maria, percebeu-se que o centro não se trata de um es-

paço eminentemente decadente. Tal qual em SOJA (1993), observou-se que as indicações convergem para um novo centro, cuja descaracterização é caminho para suas novas funções e para seu novo sentido. Mais além, o centro continua vivo na lembrança das pessoas e dos atores urbanos que o tornam sempre atual, tanto que sua decadência significa sempre a reação para sua permanência, ora por parte do poder público, ora por parte das pessoas que o incorporam em seu cotidiano. Na pior das hipóteses o centro é uma imagem, cuja simbologia representa a cidade.

RESUMO

O centro urbano é uma área que reflete de forma intensa as transformações que ocorrem nas cidades. A defasagem dos métodos utilizados para reconhecer e delimitar o centro no atual contexto da urbanização é o tema deste trabalho. Através da revisão de como algumas das principais linhas de pensamento abordam o centro urbano, objetivou-se propor um instrumento para reconhecer e delimitar sua área, incorporando o máximo da complexidade que o caracteriza.

PALAVRAS-CHAVE

Centro urbano, Planejamento urbano, Geografia urbana, Nodalidade, Representação, Percepção do espaço, Práticas espaciais

ABSTRACT

Changes in urban centers are reflected with great intensity in downtown areas. However, the methods used to define the boundaries of those areas are outdated. This paper reviews some of the main currents of thought about the subject and proposes a method to establish those boundaries, conceived in a way that takes

into account the complexity of the definition of downtown areas.

KEYWORDS

Central business district, Urban planning, Urban geography, Representation, Space practices, Space behavior

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, E. M.. Estudos Urbanos e Crise dos Paradigmas: a emergência de um grupo de pesquisa interdisciplinar. Porto Alegre, *O Rio Grande do Sul Urbano*, FEE, 1990. pp. 230-261.
- CARGNIN, A. P. et al. *Manual Didático Sobre a Evolução do Pensamento Geográfico*. Santa Maria, UFSM/FAPERGS, 1991. 272p.. (Relatório de Pesquisa)
- CARGNIN, A. P.. *A Geografia Urbana do Pensamento Tradicional à Pós-Modernidade*. Porto Alegre, PROPUR/UFRGS, 1993.(monografia apresentada à disciplina Teorias da Urbanização - URBZ 10)
- _____. *De um Processo Natural a uma Produção Social: uma concepção marxista da espacialidade*. Porto Alegre, PROPUR/UFRGS, 1994b. 30p..(monografia apresentada à disciplina Estrutura Urbana - URBZ 26)
- CASTELLS, M.. *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1982. 300p..
- _____. Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. *Espaço & Debates*, ano 6, Nº. 17, São Paulo, 1986. pp. 5-23.
- CHARTIER, R.. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, Nº.11, ano 5, São Paulo, 1991. pp. 173-191.
- COLOMBO, E.. *El imaginário social*. Montevideo: Nordand, Colección Piedra Libre 13, 1993.
- CORDEIRO, E.K.. *O centro da metrópole paulistana*. São Paulo: USP, 1980. 186 p..
- CORRÊA, R.L.. *Região e Organização Espacial*. São Paulo, Ática, Série Princípios, 1987. 95p..
- _____. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1989. 94p..
- _____. O espaço metropolitano e sua dinâmica. Porto Alegre, AGB, XV Encontro Estadual de Professores de Geografia. 1995. 7p..
- _____. A Dimensão Cultural do Espaço: alguns temas. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, NEPEC: UERJ, ano 1, Nº.1, 1995. pp. 1-22.
- COULON, A.. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papirus Editora, 1995.135p..
- DEL RIO, V.. *Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento*. São Paulo: PINI, 1990. 198p..
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. 9. ed., Petrópolis: Vozes, 1991. 227p..
- _____. *Microfísica do Poder*. 11. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1993. 255p..
- GOTTDIENER, M. A.. *A Produção Social do Espaço*. São Paulo: Edusp, 1993. 310p..
- HARVEY, D.. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.349p..
- _____. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980. 280p..
- _____. O Trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço & Debates*, NERU, ano 2, Nº. 6, São Paulo, 1982. pp. 6-35.
- LEFEBVRE, H... *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. 216p..
- _____. *O Direito a Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991a. 145p..
- _____. *La Revolución Urbana*. Madrid: Alianza Editorial. 1983, 198p..
- _____. *La production de l'espace*. Paris: Maspéro, 1974.
- _____. *Espacio y Política*. El derecho a la ciudad II. Barcelona: Península, 1976.
- LIBERATO, P. E.. Caracterização e Delimitação dos Centros Intra-Urbanos. *Geografia*, ano 1, No.1, Rio Claro, 1976. pp.89-104.
- LYNCH, K.. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 205p..
- MARAFON, G.J.. *O espaço urbano: A abordagem da Escola de Chicago e da Escola Marxista*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994. 51 p.. (monografia)
- MARTÍN, A.Z.. El Espacio Interior de la Ciudad. *Espacios y Sociedades*, Nº.12, Madrid: Editorial Síntesis, 1991. 253p..
- MURPHY, R. & VANCE, J.E. Delimiting the CBD. *Economic Geography*, no. 30, 1954a. pp. 189-222.

- _____. A Comparative Study of Nine Central Business Districts. *Economic Geography*, Nº. 30, 1954. pp. 301-36.
- MURPHY, R. E.; VANCE, J. E. & EPSTEIN, B. J.. Internal Structure of the CBD. *Economic Geography*, Nº. 31, 1955. pp. 21-46.
- PESAVENTO, S. J.. Um novo Olhar sobre a Cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. Porto Alegre na virada do século XIX. *Cultura e Sociedade*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, Ed. ULBRA, Ed. UNISINOS. 1994. p. 126-44.
- _____. *O Espetáculo da Rua*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992. 95p..
- SANTOS, M.. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1988. 88p.
- _____. A cidade e o Urbano como Espaço-Tempo. *Cidade & História*, Bahia/UFBA, 1992. 240-244p.
- _____. *O Centro da Cidade de Salvador*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.
- SOJA, E.. *Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993. 323p.
- _____. Uma concepção marxista da espacialidade. *Abordagens Políticas da Espacialidade*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1983. pp. 23-74.
- SUBIRATS, E.. *Da Vanguarda ao Pós-Moderno*. 4. ed., São Paulo: Nobel, 1991.
- TUAN, Y-FU.. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio-ambiente*. São Paulo: Difel, 1980. 288p.
- WILSON, A. G.. *Mathematical methods in human geography and planning*. Library of Congress Cataloging, 1990. 420p.